

POLÍTICA

**A** Escola Superior de Guerra, propagadora da ideologia de Segurança Nacional no País, quer que o Estado disponha de uma quarta medida de defesa, denominada "estado de recessão econômica".

Esta proposta foi feita ontem na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, da Assembléia Nacional Constituinte, pelo professor Paulo Milani Guimarães, do corpo permanente da ESG. O estado de recessão econômica, segundo o representante daquele órgão militar, teria vigência de 120 dias, no máximo, autorizando as seguintes medidas: suspensão do direito de greve e de locaute; redução da jornada de trabalho e de salários correspondentes; controle de preços e salários; e proibição de dispensa de empregados, a

não ser por justa causa. Este estado de recessão econômica da ESG aplica-se, segundo a proposta, "nas conjunturas econômicas recessivas muito graves", podendo o Executivo reconhecê-las em uma região geoeconômica ou para toda a economia nacional. E de 30 dias o prazo previsto para que o presidente preste contas ao Congresso Nacional da aplicação de tal medida.

Criticada pelo deputado José Genóino (PT-SP), esta proposta foi rebatida com a indagação, a outro membro da ESG, professor Ubiratan Macedo, sobre a existência de uma contrapartida para a defesa da sociedade contra o Estado, consubstanciada, segundo o deputado petista, no direito de resistência (existente nos Estados Unidos).

Para o professor Ubiratan Macedo, não cabe ao Estado regulamentar as formas de organização da sociedade, e sim ao Legislativo, acrescentando que o setor psicossocial de uma nação — relativo a atividades da Igreja, comunidades de bairros, sindicatos

# ESG propõe "estado de recessão econômica"

etc., deve permanecer imune à ingerência do Estado.

Ainda com relação à proposta da ESG quanto aos demais instrumentos de defesa do Estado, as duas medidas finais na escola — estado de emergência e estado de sítio — prevêem, entre as várias medidas coercitivas, o controle e censura dos meios de comunicação social, além da ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos e

privados, e detenção de indivíduos para averiguação.

### Segurança

Outro membro da ESG, o professor Pedro Figueiredo, falando sobre o Estado e a segurança da sociedade nacional, defendeu a participação das Forças Armadas na segurança interna, dizendo que a instabilidade institucional brasileira não decorre das intervenções das Forças Armadas no poder político, e sim da fragilidade das instituições políticas, que deixam vazios no Poder. Segundo o representante da ESG, "eliminando-se essa destinação dos militares não se retira a possibilidade de as Forças Armadas realizarem um golpe contra o governo, mas retira-se do governo a possibilidade de valer-se, em tempo hábil, das Forças Armadas para defender o regime democrático".

Coube ao professor Ubiratan Macedo definir os chamados objetivos nacionais essenciais (cunhados pela ESG) e assim enunciados: soberania, integração social, integridade do patrimônio, democracia como

regime político, paz social e progresso. Ele também considera necessária a intervenção externa e naquilo que preferiu chamar de "concordia interna", uma vez que, a seu ver, não existem inimigos internos, e sim adversários e contestadores.

Durante o debate da subcomissão, que durou quase duas horas, os professores da ESG manifestaram-se contrários à criação de um ministério da Defesa (que, inclusive, não julgaram matéria constitucional, e sim de lei ordinária), e favoráveis ao reforço e modernização do Poder Judiciário, e à aplicação das polícias militares em matérias de segurança pública.

O relator da subcomissão, deputado Ricardo Fluzza (PFL-PE), é favorável à manutenção dos instrumentos de defesa do Estado opinando que a melhor forma de evitar a volta do período de autoritarismo, danos à Nação, é definir melhor todos os pontos polêmicos, submetendo-os posteriormente ao crivo do Congresso Nacional.

# O plano secreto de Quéricia e Jânio

O governador e o prefeito estão pensando num acordo para o lançamento comum de um candidato à prefeitura, no ano que vem. Amanhã, os dois almoçam no palácio.

O lançamento de um único nome de comum acordo entre o governador Orestes Quéricia e o prefeito Jânio Quadros para disputar a Prefeitura de São Paulo no próximo ano, e com o apoio do PFL, não é apenas um plano — mas uma articulação que começa a ser estrategicamente preparada no Palácio dos Bandeirantes.

Quéricia recebe Jânio amanhã no Palácio dos Bandeirantes para um almoço. Segundo um assessor, foi o governador quem fez o convite, quando soube que o prefeito havia telefonado para cumprimentá-lo pelo nascimento de sua segunda filha, domingo. Não se descarta a hipótese de os dois aproveitarem o almoço para tratar de problemas em comum das duas administrações, mas o encontro é considerado, principalmente, como o início de uma aproximação política maior entre o governador e o prefeito.

Não se trata do primeiro encontro. Quéricia esteve na prefeitura, no início de janeiro, e se trancou no gabinete com Jânio por mais de uma hora. Na saída, os dois distribuíram amabilidades — e o prefeito, mais entusiasmado nos elogios, acabou lançando o nome de Quéricia à presidência da República.

Não se sabe se o prefeito repetirá a dose no próximo encontro, agora que as intenções do governador de disputar o lugar de Sarney são conhecidas. E não se sabe, também, se Jânio e Quéricia irão admitir publicamente que têm interesse em trabalhar por um único candidato para a prefeitura de São Paulo.

Não se tem idéia ainda de quem seria esse nome. No PMDB, dizem que três nomes, por enquanto, poderiam ter intenções de disputar o cargo: o secretário de Obras, Oswaldo Leiva, o ministro do Trabalho, Almir Pazianotto e o deputado estadual Luis Carlos Santos. No PFL, comentam que o deputado Artur Alves Pinto, que já se sentou na cadeira do prefeito como vice, gostaria de tentar a possibilidade de se tornar prefeito.

A preocupação no momento do Palácio dos Bandeirantes é preparar o terreno para tornar viável esse acordo com Jânio, com o PFL, com o PDT (que já participa do governo Quéricia) e, quem sabe, com o PTB, com a ajuda do prefeito. Os dois subchefes da secretaria do Governo, Reynaldo de Barros Júnior, da Capital, e Douglas Aguilhar, do Interior, estão fazendo vários contatos políticos com diretórios preparando esse trabalho de articulação. Há interesse, inclusive de preparar bem a renovação dos diretórios distritais para que se elejam militantes dispostos a brigar pela vitória do candidato a prefeito.

O PMDB perdeu as duas últimas eleições na Capital (para a prefeitura e para governador) e vários políticos do partido atribuem essa derrota, entre outras razões, "ao corpo mofo" de militantes de diretórios distritais. Quéricia não quer perder as próximas eleições, porque isso significaria o primeiro dos obstáculos à sua intenção de disputar a sucessão de Sarney. Para evitar qualquer risco é que ele julga conveniente ter um candidato à prefeitura com o maior apoio possível. O próprio secretário de Governo, Antonio Carlos Mesquita, deixou claro no começo da administração Quéricia que ao governador interessava acima de tudo o maior apoio possível: "Não me cabe julgar o PFL, o PTB, o PDT, o PT. O que precisamos é de maioria política", disse Mesquita ao falar na época sobre a articulação que promovia para obter apoio da maioria dos deputados na Assembléia.

Mas, atualmente, com o desgaste da imagem do prefeito Jânio Quadros, no PMDB se questiona até que ponto seria conveniente um acordo. Na Câmara Municipal, os vereadores do PMDB estão descontentes e irritados com essa possibilidade de união, porque temem não conseguir a reeleição. Recentemente, o vereador Walter Feldman, do PMDB, fez uma pesquisa em vários pontos da cidade e descobriu num plebiscito que 93% dos paulistanos consultados não queriam que Jânio reassumisse o cargo ao retornar de sua última viagem ao Exterior. Alguns políticos do PMDB têm lembrado que Jânio tem contra ele os servidores municipais grevistas que estão sendo demitidos e pelo menos dois fatos que desgastaram sua imagem junto à população de modo geral: a intenção de destruir parques para construir garagens subterrâneas e o comportamento violento de sua Guarda Civil Metropolitana.

Para Jânio Quadros o acordo interessaria, segundo a análise de políticos, justamente para amenizar seu desgaste. Para o PFL também, para apagar sua imagem de partido "malufista", fortalecer a sigla em São Paulo e ampliar sua participação no governo. Para o PDT, o acordo serviria, como no caso do PFL, para o crescimento do partido e, quem sabe, aumentar seu espaço no governo.

Vera Cecília Dantas



Os índios fazem reivindicações...



...e oferecem um cocar a Ulysses.

# PAJELANÇA NO PLANALTO

Chamar os bons espíritos para proteger os constituintes afastando os maus. Este foi o motivo da pajelança que os índios realizaram em cima da rampa do Congresso Nacional, na presença do presidente da subcomissão de minorias, Ivo Lesh (PMDB-RS) que, emocionado, foi envolvido pela fumaça dos cigarros dos pajés Raoni e Sapain, os mesmos que tentaram inutilmente salvar a vida do Augusto Ruschi. Antes, os índios invadiram o gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que foi convidado para o ritual, mas ele alegou estar muito ocupado, recebendo dos índios um cocar, ao som da "dança do mingau", cantada pelos índios trucarramê, do Parque do Xingu.

Os índios decidiram marcar a entrega da proposta do deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA) à subcomissão, assegurando os direitos das populações indígenas na nova Constituição, com uma novimentação que começou pela manhã, quando eles ocuparam a sala da subcomissão. O cacique Raoni discursou e fez um apelo para que "os brancos deixem de matar e invadir as terras dos índios". Cerca de cinquenta índios de várias tribos, inclusive o ex-deputado Mário Juruna, alguns com gravadores sofisticados e até máquinas filmadoras, passaram o dia no Congresso.

No final da tarde, subiram a rampa, acompanhados de representantes dos índios bolivianos e

acenderam longos cigarros, concentrando-se para a cerimônia. Além de Raoni e Sapain, outros três respeitaram pajés do Xingu participaram da pajelança: Krumuro, Krumari e Meure. O deputado Ivo Lesh foi então convocado para o centro da roda onde os índios dançavam e cantavam e recebeu de Raoni e Sapain longas e seguidas boforadas de fumaça. Em sua cadeira de rodas, o deputado que é deficiente físico, não escondia a emoção e, ao término da cerimônia, disse que aquele "era o primeiro momento do dia em que estava se lembrando de agradecer a São Francisco de Assis".

No final da cerimônia, os índios cumprimentaram o deputado e Raoni fez outro apelo: "Os

índios querem continuar a viver no mato. Não querem brigar com os brancos, mas querem ser respeitados". Disse, ainda, que os índios esperam muito dessa Constituinte.

Na proposta encaminhada à subcomissão é dada ênfase ao reconhecimento às comunidades indígenas de seus direitos sobre as terras que ocupam, sua organização social, seus usos e costumes, línguas e tradições e, ainda, que as terras ocupadas pelos índios são inalienáveis ficando reconhecido o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais do solo e subsolo, este, um ponto que vai sofrer uma forte investida do Lobby formado pelas mineradoras.



Depois da nova Carta, eleições gerais, quer Brizola.

Eleições gerais logo após a promulgação da nova Constituição: essa proposta foi feita ontem, em Brasília, pelo presidente nacional do PDT, ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, depois de passar o dia em reunião com a bancada pedetista discutindo as eleições diretas para presidente, o mandato do presidente José Sarney e as reformas agrária e tributária.

Quando lembrado de que para aprovação de tal proposta — o que significaria a anulação do mandato dos atuais deputados e senadores — seu partido conta apenas com 26 constituintes, Brizola não se perturbou: "Então procuremos a alternativa possível".

Depois de afirmar que se dependesse do PDT haveria eleições diretas antes da promulgação da nova Carta, ponderou que "o bom funcionamento do regime presidencialista está muito ligado à coincidência de mandatos. É claro que as oligarquias brasileiras não



Uniformes: o Exército entra na moda.

Um ano e meio depois de o Alto Comando do Exército ter decidido mudar os uniformes, já começam a ser distribuídos nas unidades militares do País o regimento de uniformes do Exército, com 93 fotografias de diferentes tipos de fardamento, algumas das quais o Jornal da Tarde e O Estado publicam com exclusividade. No quartel-general de Brasília, mais que o regulamento, os soldados já começam a circular pelos corredores com os novos uniformes, cuja maior novidade é a boina, ao invés do quépi ou capacete.

Nas disposições gerais, o regulamento especifica que "o uso correto dos uniformes é fator primordial na boa apresentação individual e coletiva do pessoal do Exército, contribuindo para o fortalecimento da disciplina e do bom conceito da instituição perante a opinião pública". Determina ainda o regulamento que tais uniformes "constituem privilégio absoluto do Exército, e as cores cinza e verde-oliva em suas variáveis de

tonalidade e saturação são privativas da Força, sendo vedado o seu uso por qualquer outra organização pública ou privada". Segundo o regulamento, "o zelo e o capricho com as peças do uniforme são uma demonstração de respeito e amor à farda que o soldado veste e, mais que isso, externam o seu ânimo profissional e o seu entusiasmo com a carreira das Armas". Entre esses cuidados, conforme o regulamento, "estão a limpeza, a manutenção do brilho nos metais, o polimento dos calçados e a apresentação dos vinhos verticais nas calças e nas camisas beges". Segundo se informou extra-oficialmente, a determinação do Exército em adotar até 1989 estes

# Sarney almoça com Richa e Covas, mas não fala em reforma.

Em reunião-almoço, ontem, no Palácio da Alvorada, o presidente José Sarney e os senadores Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, e José Richa, também peemedebista, conversaram sobre vários assuntos, principalmente a crise econômica. Mas nada se falou sobre a reforma ministerial. Ao contrário, Mário Covas mostrou-se surpreso quando os jornalistas o informaram que o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, já havia formalizado sua demissão. Segundo ele, durante o almoço Sarney não deu qualquer informação sobre o assunto.

Bastante reservado, os dois senadores negaram que o presidente tivesse feito qualquer convite para que Richa assumisse a chefia do Gabinete Civil. "Não fui convidado. Se for, agradecerei, mas recusarei", afirmou o senador paranaense José Richa.

No encontro — considerado como mais um avanço de Sarney para exercer também o papel de coordenador político —, Richa e Covas apresentaram sua visão da crise econômica e pediram medidas de maior fôlego para a solução do problema. Mas o presidente deixou transparecer que não deverá ir além do tabelamento do spread, apesar de confessar-se preocupado com a questão dos juros.

Sobre a atuação política do presidente, Richa e Covas comentaram com vice-líderes do partido que Sarney, a exemplo do deputado Ulysses Guimarães, está se movimentando mais no PMDB e no PFL, na tentativa de preservar a Aliança Democrática.

### Reforma ministerial

Quando à reunião dos governadores peemedebistas, em Minas Gerais, o presidente ficou satisfeito com a postura transmitida de apoio ao Planalto na adoção de medidas necessárias na área econômica. A informação é do governador do Piauí, Alberto Silva, um dos participantes do encontro, que ontem teve audiência com Sarney, no Planalto.

Assim como Alberto Silva, o governador do Pará, Hélio Gueiros, também confirmou em Belém, que a intenção da reunião não era pressionar o presidente a fazer uma imediata reforma ministerial. "Eu sou a favor da reforma, mas não vou encostar o presidente na parede e obrigá-lo a fazer o que eu quero", disse Gueiros. Além de conversar com Sarney sobre a reunião dos governadores, o piauiense Alberto Silva disse ter transmitido ao presidente sua crença em que "ele, ajudado, vai chegar àquele lugar que todo o Brasil espera que ele chegue: ao controle de juros e à discussão da dívida externa em favor do Brasil, evitando a recessão". As mudanças no Ministério, segundo Alberto Silva, são da competência do presidente da República.

### Um dia baiano para o presidente de Cabo Verde

O presidente de Cabo Verde, Aristides Maria Pereira, disse ontem em Salvador que sua viagem ao Brasil, embora não seja política, representa um passo para reforçar os laços sócio-econômicos dos dois países e uma retribuição da visita do presidente Sarney a Cabo Verde, no ano passado. Durante toda a manhã de ontem, o presidente e comitiva visitaram a Igreja do Bonfim, o centro histórico de Salvador.

No Mercado Modelo, Aristides Pereira recebeu berimbau de presente e depois quebrou o protocolo, saindo a pé para fazer uma exibição de capoeira e subir o elevador Lacerda para se encontrar com o prefeito Mário Kertesz. Passou depois na Câmara de Vereadores e dirigiu-se ao Pelourinho. Na prefeitura, ressaltou a semelhança que viu entre baianos e caboverdeanos: "Somos povos muito parecidos".

No Pelourinho, o presidente e comitiva estiveram na Fundação Casa de Jorge Amado, e, na parte da tarde, visitaram a Assembléia Legislativa do Estado e o Tribunal de Justiça. No início da noite, o presidente de Cabo Verde fez palestras na Universidade Federal da Bahia.

À noite, o presidente e dona Carlina Pereira, além da comitiva, foram recebidos no Palácio da Aclamação pelo governador Waldir Pires. Hoje às nove horas a comitiva do governo de Cabo Verde embarca para Brasília, em um voo especial da FAB.